

## CONCURSO PÚBLICO NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

### 200 – ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO TIPO A

**Frase: A força está em nunca desistir.**

(Transcrever a frase acima para o cartão de respostas)

#### SUA PROVA

O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **65 (sessenta e cinco)** questões objetivas; e
- Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas.

#### TEMPO

- **4 (quatro) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **Cartão de Respostas** da prova objetiva.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.

#### NÃO SERÁ PERMITIDO

- ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.

#### INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se o **CARGO** deste caderno de prova coincide com o registrado no cabeçalho de cada página e com o cargo para o qual você está inscrito. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **Cartão de Respostas**.
- Identifique no **Cartão de Respostas** o **TIPO** de caderno de prova, a não identificação no **Cartão de Respostas**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **Cartão de Respostas** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **Cartão de Respostas**, sendo este o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento do **Cartão de Respostas** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **Caderno de Prova**, e no **Cartão de Respostas**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **Caderno de Prova** e o **Cartão de Respostas** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- O gabarito oficial preliminar da prova será divulgado na Internet, no endereço eletrônico [www.idecan.org.br](http://www.idecan.org.br), juntamente com os Cadernos de Prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO

CONHECIMENTOS COMUNS

Língua Portuguesa

- Texto para as questões de 1 a 10.

**BIÓLOGO CRIA SACOLA QUE SE TRANSFORMA EM COMIDA PARA PEIXES**

Kevin Kumala criou o produto após observar a imensa quantidade de acúmulo de lixo nos mares

Um dos produtos que mais poluem os oceanos e os rios é o plástico, que se tornou uma grande dor de cabeça para os ambientalistas. Para diminuir o impacto negativo desse material no ecossistema, um biólogo da Indonésia desenvolveu uma sacola feita de mandioca, que, ao ser jogada no mar e nos rios, pode servir de alimento para os peixes.

Kevin Kumala conta que criou o produto em viagem a Bali, ilha em que nasceu, após retornar dos Estados Unidos, e observar a imensa quantidade de acúmulo de lixo na região. Kumala possui uma empresa de canudos, sacolas e talheres, todos feitos com materiais biodegradáveis, que se desfazem em até 100 dias.

A sacola foi um dos seus últimos produtos criados. O site da empresa Avani ressalta que, desde 2016, quando foi criada, evitou-se a fabricação de três toneladas de produtos não sustentáveis. “Nós buscamos continuamente nos tornar uma ponte para ajudar e para encorajar comunidades e negócios a produzirem iniciativas que gerem um impacto sustentável para o meio ambiente. Encorajando o uso do termo ‘responsável’ como um valor central dos três fatores-chave: reduzir, reutilizar, reciclar”, destaca a página da Avani na internet.

Kumala assinala que suas sacolas são fortes, resistentes e têm a mesma elasticidade comparada às que são feitas de plástico. “Nossos sacos de mandioca de tamanho médio podem transportar até 8 libras (3,5 kg) de produtos secos”, explica, em uma postagem do Instagram da empresa.

Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/ciencia-e-saude/2020/02/10/interna\\_ciencia\\_saude,827050/biologo-cria-sacola-que-se-transforma-em-comida-para-peixes.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/ciencia-e-saude/2020/02/10/interna_ciencia_saude,827050/biologo-cria-sacola-que-se-transforma-em-comida-para-peixes.shtml). Acesso em: 1º mar.2025.

1. “Um dos produtos que mais poluem os oceanos e os rios é o plástico, que se tornou uma grande **dor de cabeça** para os ambientalistas.”

A expressão demarcada está em sentido figurado. Assim sendo, seu sentido próprio se encontra em destaque na alternativa:

- (A) [...] que se tornou uma grande **freima** para os ambientalistas.
- (B) [...] que se tornou um grande **auspício** para os ambientalistas.
- (C) [...] que se tornou um grande **supedâneo** para os ambientalistas.
- (D) [...] que se tornou uma grande **comiseração** para os ambientalistas.
- (E) [...] que se tornou uma grande **idiosincrasia** para os ambientalistas.

2. “Kevin Kumala conta que criou o produto em viagem a Bali, ilha **em que nasceu** [...]”

Assim como no trecho demarcado, a relação entre os elementos morfossintáticos e o respeito às regras cristalizadas de regência verbal está corretamente estruturada na alternativa:

- (A) Kevin **esqueceu de** patentear o seu invento.
- (B) Kevin **namora com uma balinesa há anos**.
- (C) Kevin **prefere muito mais a Indonésia do que os EUA**.
- (D) Kevin criou um produto que **implica em melhorias ambientais**.
- (E) Kevin viu seu filme preferido no cinema. O biólogo **assistiu a ele**.

3. Atente-se à estrutura verbal ressaltada no contexto do excerto a seguir, de modo a assinalar o item correto.

“Kumala assinala que suas sacolas são fortes, resistentes e têm a mesma elasticidade comparada às que **são feitas** de plástico.”

- (A) Trata-se de uma estrutura, na voz ativa, com agente expresso.
- (B) Trata-se de uma estrutura, na voz passiva analítica, sem agente expresso.
- (C) Trata-se de uma estrutura, na voz passiva analítica, com agente expresso.
- (D) Trata-se de uma estrutura, na voz passiva sintética, com agente expresso.
- (E) Trata-se de uma estrutura, na voz passiva sintética, sem agente expresso.

4. “Nós buscamos continuamente **nos** tornar uma ponte [...]”  
A colocação do pronome destacado, no trecho entre aspas, está

- (A) conforme as regras da próclise.
- (B) conforme as regras da ênclise.
- (C) infringindo as regras da próclise.
- (D) infringindo as regras da ênclise.
- (E) infringindo as regras da mesóclise.

5. Em se tratando das regras de acentuação que regem as palavras da Língua Portuguesa, analise os vocábulos enumerados a seguir para marcar o item correto.

“Um dos produtos que mais poluem os oceanos e os rios é o **plástico<sup>1</sup>**”

“[...] “um **biólogo<sup>2</sup>** da Indonésia desenvolveu uma sacola feita de mandioca.”

- (A) 1 e 2 são paroxítonas.
- (B) 1 e 2 são proparoxítonas.
- (C) 1 é oxítone e 2 é paroxítone.
- (D) 1 é proparoxítone e 2 é paroxítone.
- (E) 1 é paroxítone e 2 é proparoxítone.

6. “Kumala assinala que suas sacolas são fortes, resistentes e têm a mesma elasticidade comparada **às** que são feitas de plástico.”

O termo em destaque assume, no contexto discursivo em que se insere, função de

- (A) pronome relativo.
- (B) pronome indefinido.
- (C) pronome demonstrativo.
- (D) pronome pessoal do caso reto.
- (E) pronome pessoal do caso oblíquo.

7. “Kevin Kumala conta que criou o produto em viagem a **Bali** [...]”

Contrariamente ao trecho destacado, o sinal indicativo de crase se faz presente corretamente em:

- (A) Kevin Kumala conta que criou o produto em viagem à **Berna**.
- (B) Kevin Kumala conta que criou o produto em viagem à **Atenas**.
- (C) Kevin Kumala conta que criou o produto em viagem à **Ancara**.
- (D) Kevin Kumala conta que criou o produto em viagem à **Islândia**.
- (E) Kevin Kumala conta que criou o produto em viagem à **Amsterdã**.

8. Tendo por base o valor contextual das preposições nos trechos a seguir, assinale a alternativa em que se descreve corretamente a função desempenhada pelas preposições 1 e 2.

“[...] um biólogo da Indonésia desenvolveu uma sacola feita **de<sup>1</sup>** mandioca.”

“Kumala possui uma empresa **de<sup>2</sup>** canudos, sacolas e talheres [...]”

- (A) Funções 1 e 2, matéria.
- (B) Funções 1 e 2, instrumento.
- (C) Função 1, instrumento; função 2, posse.
- (D) Função 1, instrumento; função 2, matéria.
- (E) Função 1, matéria; função 2, instrumento.

9. “[...] ‘responsável’ como um valor central dos três fatores-chave: reduzir, reutilizar, reciclar [...]”

A relação desempenhada pelos dois pontos, no excerto anterior, é de

- (A) restrição.
- (B) distribuição.
- (C) enumeração.
- (D) recapitulação.
- (E) complementação.

10. A regência do verbo demarcado em “Para **diminuir** o impacto negativo desse material no ecossistema [...]” é classificada como

- (A) transitiva direta, em que o termo **impacto** é o núcleo do seu objeto direto.
- (B) bitransitiva, em que **o impacto negativo** é seu objeto direto; e **desse material**, seu objeto indireto.
- (C) intransitiva, pois todos os elementos pospostos ao verbo **diminuir** são acessórios, e não complementos verbais.
- (D) bitransitiva, em que **desse material** e **no ecossistema**, por serem regidos por preposições, são seus objetos indiretos.
- (E) transitiva indireta, cujo objeto indireto se trata do termo **desse material**, regido pela combinação entre a preposição **de** e o pronome **esse**.

Raciocínio Lógico Matemático

11. Um colecionador de selos começou com uma quantidade inicial  $e$ , ao longo de cinco anos, ajustou sua coleção. No primeiro ano, aumentou em 25%; no segundo, diminuiu em 20%; no terceiro, aumentou em 50%; no quarto, diminuiu em 40%; no quinto, aumentou em 10%, terminando com 594 selos. Calcule qual era o número inicial de selos.

- (A) 400.
- (B) 450.
- (C) 500.
- (D) 600.
- (E) 650.

12. Um terreno triangular isósceles tem uma base de 24 metros e uma altura de 10 metros; uma cerca será construída formando um trapézio com a base maior igual à base do triângulo, a base menor tocando os pontos médios dos dois outros lados do triângulo. Considerando que será aplicada uma grama sintética que custa 100 reais o metro quadrado, determine o custo total da grama a ser aplicada no terreno trapezoidal.

- (A) R\$ 7.000,00.
- (B) R\$ 8.000,00.
- (C) R\$ 9.000,00.
- (D) R\$ 10.000,00.
- (E) R\$ 11.000,00.

13. Dois amigos, Ana e Beto, têm idades que somam 43 anos; Ana tem 4 anos a mais que o dobro da idade de Beto. Determine daqui a quantos anos a idade de Ana será exatamente o dobro da idade de Beto.

- (A) 2 anos.
- (B) 4 anos.
- (C) 13 anos.
- (D) 17 anos.
- (E) 30 anos.

14. Imagine uma bola de tênis que é solta do topo de uma escada de 10 metros de altura em um ginásio. Ao atingir o chão, ela quica e sobe a  $\frac{3}{4}$  da altura de onde caiu, repetindo esse processo indefinidamente, com cada quique alcançando uma altura menor até que, teoricamente, ela pare de se mover. Calcule qual é a distância total que a bola percorre, somando todas as descidas e subidas ao longo desse trajeto.

- (A) 50 metros.
- (B) 70 metros.
- (C) 90 metros.
- (D) 160 metros.
- (E) 400 metros.

15. Considere os conjuntos  $P = \{x \mid x \text{ é par e } 1 \leq x \leq 10\}$ ,  $Q = \{x \mid x \text{ é ímpar e } 1 \leq x \leq 10\}$ , e  $R = \{x \mid x \text{ é primo e } 1 \leq x \leq 10\}$ . Determine quantos elementos existem em  $(P \cup Q) \cap R$ .

- (A) 3.
- (B) 4.
- (C) 5.
- (D) 6.
- (E) 7.

**Informática**

16. No Microsoft Word 2021, a funcionalidade de Edição Colaborativa permite que vários usuários trabalhem simultaneamente em um mesmo documento armazenado no OneDrive. Para garantir um fluxo de trabalho eficiente ao utilizar essa funcionalidade, é necessário considerar que

- (A) a edição colaborativa do Word 2021 exige que cada usuário bloqueie temporariamente o documento antes de fazer alterações, impedindo edições simultâneas.
- (B) todos os usuários podem editar o documento ao mesmo tempo, mas apenas o proprietário consegue visualizar o histórico das mudanças feitas por outros colaboradores.
- (C) as edições feitas por diferentes usuários são sincronizadas automaticamente e podem ser visualizadas em tempo real, desde que o documento esteja salvo no OneDrive e os colaboradores tenham permissão de edição.
- (D) a colaboração no Word 2021 ocorre apenas no modo de visualização, sendo necessário que cada usuário baixe o arquivo para realizar edições offline e depois envie uma nova versão ao OneDrive.
- (E) as alterações feitas no documento são automaticamente desfeitas quando um usuário sai da edição, garantindo que o conteúdo original seja mantido sem modificações permanentes.

17. No Windows 11, a Área de Transferência aprimorada permite aos usuários gerenciar e acessar rapidamente os itens copiados. Ao utilizar essa funcionalidade, é possível

- (A) manter apenas o último item copiado na memória do sistema, substituindo automaticamente o conteúdo anterior.
- (B) compartilhar automaticamente todos os itens copiados para outros dispositivos conectados à mesma rede Wi-Fi, sem necessidade de configuração adicional.
- (C) acessar o histórico da Área de Transferência pressionando a combinação de teclas Ctrl + C.
- (D) fixar itens no histórico da Área de Transferência para reutilização posterior, evitando que sejam apagados ao reiniciar o computador.
- (E) armazenar permanentemente um número ilimitado de itens na Área de Transferência, independentemente da configuração do sistema.

18. O armazenamento de dados na nuvem (*Cloud Storage*) permite que empresas e usuários finais utilizem infraestrutura remota para gerenciar arquivos e serviços com maior flexibilidade. Para garantir um uso eficiente e seguro dessa tecnologia, é fundamental considerar que

- (A) o armazenamento em nuvem pode utilizar diferentes modelos de implementação, incluindo nuvem pública, privada e híbrida, dependendo dos requisitos de segurança e controle do usuário.
- (B) o acesso a dados armazenados na nuvem não requer autenticação, pois a conexão com a internet garante automaticamente a autorização do usuário.
- (C) a redundância de dados na nuvem elimina completamente o risco de perda de informações, independentemente do provedor utilizado.
- (D) no modelo de nuvem híbrida, os dados são obrigatoriamente sincronizados entre servidores locais e remotos em tempo real, sem exceções.
- (E) os serviços de armazenamento em nuvem utilizam exclusivamente criptografia simétrica para proteger os dados durante a transmissão e o armazenamento.

19. No funcionamento de um computador, diversos componentes interagem para garantir o processamento de dados e a execução de tarefas. Para otimizar o desempenho do sistema e evitar falhas, é essencial compreender que

- (A) o processador é responsável exclusivamente pelo armazenamento permanente de dados, sendo a unidade central de armazenamento do sistema.
- (B) a memória RAM mantém os dados armazenados de forma definitiva, garantindo que as informações fiquem salvas mesmo após o desligamento do computador.
- (C) o barramento de dados é um componente de hardware independente que executa instruções do processador sem necessidade de interação com a placa-mãe.
- (D) o sistema operacional gerencia os recursos de hardware e software, permitindo a comunicação entre os componentes do computador e a execução de programas.
- (E) o HD ou SSD realiza exclusivamente o processamento lógico das operações do sistema, sendo o responsável direto pelo desempenho do computador.

20. Os dispositivos de armazenamento são componentes essenciais para a retenção e recuperação de dados em sistemas computacionais. A eficiência e a durabilidade desses dispositivos dependem de suas características físicas e tecnológicas. Em relação a esses dispositivos, é correto afirmar que

- (A) os discos rígidos mecânicos (HDDs) utilizam memória flash para armazenamento de dados, garantindo maior velocidade de leitura e gravação em comparação aos SSDs.
- (B) os SSDs utilizam células de memória flash para armazenar dados, o que proporciona maior velocidade de acesso e menor consumo de energia em comparação aos HDDs tradicionais.
- (C) a tecnologia RAID é um tipo de dispositivo de armazenamento independente, que pode substituir integralmente a necessidade de discos rígidos ou SSDs no sistema.
- (D) a interface SATA é exclusiva para dispositivos ópticos, como CDs e DVDs, e não é utilizada para conectar unidades de armazenamento como HDDs e SSDs.
- (E) o armazenamento em fita magnética é a tecnologia mais comum utilizada em dispositivos móveis modernos, devido à sua alta densidade e velocidade de acesso aos dados.

## Legislação

21. Nos traz a Constituição da República Federativa do Brasil que as Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. Sobre isso, está correto apenas o afirmado em:

- (A) Os membros das Forças Armadas são denominados militares da União.
- (B) Ao militar são garantidas a sindicalização e a greve.
- (C) O serviço militar é obrigatório nos termos da lei de cada um dos estados da federação.
- (D) Não caberá *habeas corpus* em relação a punições disciplinares militares.
- (E) O militar, enquanto em serviço ativo, pode estar filiado a partidos políticos.

22. A partir das lições emanadas da CFRB/88, sabemos que as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras pertencem legalmente ao(a)

- (A) Corpo de Bombeiro Militar.
- (B) Polícia Civil dos Estados.
- (C) Polícia Militar dos Estados.
- (D) Polícia Rodoviária Federal.
- (E) Polícia Federal.

23. À luz da Carta Magna de 05/10/1988, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dentre outros relacionados no art. 23 da própria CF:

- (A) Proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação.
- (B) Planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações.
- (C) Organizar o serviço postal.
- (D) Garantir qualidade de vida populações indígenas.
- (E) Gerenciar os sistemas de consórcios e sorteios.

24. Conforme regulado pelo Decreto Federal nº 1.171, de 22/06/1994, que instituiu o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem, constitui o que apontamos corretamente apenas em:

- (A) Dever fundamental do servidor público.
- (B) Vedação ao servidor público.
- (C) Direito absoluto do servidor público.
- (D) Regra deontológica do serviço público.
- (E) Ato de probidade do servidor público.

25. Define a Lei Federal nº 11.091, de 12/01/2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências, que o desenvolvimento do servidor na carreira dar-se-á, exclusivamente, pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente, Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Mérito Profissional. A partir dessa afirmação, assinalamos corretamente apenas o contido em:

- (A) A liberação do servidor para a realização de cursos de Mestrado e Doutorado está condicionada ao resultado favorável na avaliação de desempenho.
- (B) A mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento acarretará imediata mudança de nível de classificação.
- (C) O servidor que fizer *jus* à Progressão por Capacitação Profissional será posicionado no nível de capacitação e classificação subsequente.
- (D) É defeso o somatório de cargas horárias de cursos realizados pelo servidor durante a permanência no nível de capacitação em que se encontra e da carga horária que excedeu à exigência para progressão no interstício do nível anterior.
- (E) Para fins de aceleração da progressão por capacitação, cada evento de capacitação deverá ser computado uma única vez e apenas se ficar comprovada a relação direta com a função exercida pelo servidor.

26. Na forma da Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021, que regula as licitações e contratos do poder público, não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

- (A) indivíduo que, em virtude de eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, exerce mandato, cargo, emprego ou função em pessoa jurídica integrante da Administração Pública.
- (B) pessoa física ou jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, que participa ou manifesta a intenção de participar de processo licitatório, sendo-lhe equiparável, para os fins desta Lei, o fornecedor ou o prestador de serviço que, em atendimento à solicitação da Administração, oferece proposta.
- (C) órgão ou entidade por meio do qual a Administração Pública atua.
- (D) pessoa jurídica integrante da Administração Pública responsável pela contratação.
- (E) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

27. A Lei Federal nº 8.112, de 11/12/1990, dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e nos apresenta, dentre diversos outros assuntos, que a ajuda de custo destina-se a compensar as despesas de instalação do servidor que, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, vedado o duplo pagamento de indenização, a qualquer tempo, no caso de o cônjuge ou companheiro que detenha também a condição de servidor, vier a ter exercício na mesma sede, observados os seguintes fatores:

- (A) a ajuda de custo é calculada sobre a remuneração do servidor, conforme se dispuser em regulamento, não podendo exceder a importância correspondente a 3 (três) meses.
- (B) será concedida ajuda de custo ao servidor que se afastar do cargo, ou reassumi-lo, em virtude de mandato eletivo.
- (C) correm por conta do servidor as despesas de transporte de sua família, compreendendo passagem, bagagem e bens pessoais.
- (D) à família do servidor que falecer na nova sede são assegurados ajuda de custo e transporte para a localidade de origem, dentro do prazo de seis meses, contado do óbito.
- (E) não será concedida ajuda de custo àquele que, não sendo servidor da União, for nomeado para cargo em comissão, com mudança de domicílio.

28. Define a Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021 (Licitações e Contratos), que materiais de uso das Forças Armadas, com exceção de materiais de uso pessoal e administrativo, quando houver necessidade de manter a padronização requerida pela estrutura de apoio logístico dos meios navais, aéreos e terrestres, mediante autorização por ato do comandante da força militar, são adquiridos por meio de

- (A) dispensa de licitação.
- (B) inexigibilidade de licitação.
- (C) ata de registro de preços.
- (D) pregão eletrônico.
- (E) contratação direta.

29. Diz a nossa Carta Magna que são privativos de brasileiro nato os cargos de:

- (A) Oficial das Polícias Militares; dentre outros.
- (B) Senador da República; dentre outros.
- (C) Carreira diplomática; dentre outros.
- (D) Ministro de Estado da Justiça; dentre outros.
- (E) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

30. Ensina a Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021, reguladora das licitações e contratos, que os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, são de:

- (A) nos casos de serviços e obras, 25 (vinte e cinco) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços especiais e de obras e serviços especiais de engenharia.
- (B) para aquisição de bens, 15 (quinze) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto.
- (C) para licitação em que se adote o critério de julgamento de técnica e preço ou de melhor técnica ou conteúdo artístico, 25 (vinte e cinco) dias úteis.
- (D) para licitação em que se adote o critério de julgamento de maior lance, 10 (dez) dias úteis.
- (E) nos casos de serviços e obras, 30 (trinta) dias úteis, quando o regime de execução for de contratação integrada.

31. Conforme dispõe a Lei Federal nº 8.112, de 11/12/1990, a Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso é devida ao servidor que, em caráter eventual:

- (A) prestar serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de 2 (duas) horas por jornada.
- (B) trabalhar em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, fazendo jus a um adicional sobre o vencimento do cargo efetivo.
- (C) prestar serviço em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 25% (vinte e cinco por cento), computando-se cada hora como cinquenta e dois minutos e trinta segundos.
- (D) participar da aplicação, fiscalizar ou avaliar provas de exame vestibular ou de concurso público ou supervisionar essas atividades.
- (E) seja ocupante de cargo efetivo investido em função de direção, chefia ou assessoramento, cargo de provimento em comissão ou de Natureza Especial é devida retribuição pelo seu exercício.

32. Define a Constituição da República Federativa do Brasil que a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. Para assegurar a efetividade desse direito, está correto o que se afirma em:

- (A) Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas; dentre outros.
- (B) O casamento religioso pode ser dissolvido pelo divórcio; dentre outros.
- (C) Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre pessoas do mesmo gênero como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento; dentre outros.
- (D) Exclui-se do conceito de entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes; dentre outros.
- (E) Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos prioritariamente pelo homem; dentre outros.

33. Constitucionalmente, sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, cobrar tributos:

- (A) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado; dentre outros previstos no art. 150 da CF/88.
- (B) de fonogramas e videofonogramas musicais contendo obras musicais ou literomusicais, bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser; dentre outros previstos no art. 150 da CF/88.
- (C) de transmissão de heranças; dentre outros previstos no art. 150 da CF/88.
- (D) de patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, excetuando-se suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, ainda que possuam fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; dentre outros previstos no art. 150 da CF/88.
- (E) de entidades religiosas e templos de qualquer culto, excetuando-se as organizações assistenciais e beneficentes; dentre outros previstos no art. 150 da CF/88.

34. Na forma estrita da CFRB/88, a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e nos termos da lei. Sobre as regras aplicáveis ao tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Não podem se alistar como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
- (B) É permitida a cassação de direitos políticos.
- (C) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, com vigência imediata.
- (D) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até quatro meses antes do pleito.
- (E) O militar alistável é elegível e se contar menos de cinco anos de serviço, deverá afastar-se da atividade.

35. A Lei Federal nº 9.784 de 29/01/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, nos diz que as atividades de instrução destinadas a averiguar e comprovar os dados necessários à tomada de decisão realizam-se de ofício ou mediante impulso do órgão responsável pelo processo, sem prejuízo do direito dos interessados de propor atuações probatórias. Assim, está correto apenas o dito em:

- (A) A abertura da consulta pública será objeto de divulgação pelos meios oficiais, a fim de que pessoas físicas ou jurídicas possam examinar os autos, fixando-se prazo de 5 (cinco) dias úteis para oferecimento de alegações escritas.
- (B) Os resultados da consulta e audiência pública e de outros meios de participação de administrados deverão ser apresentados com a indicação do procedimento adotado em meios de comunicação de massa.
- (C) Antes da tomada de decisão, diante da relevância da questão, deverá ser realizada audiência pública para debates sobre a matéria do processo.
- (D) Os atos de instrução que exijam a atuação dos interessados devem realizar-se do modo menos oneroso para estes.
- (E) O comparecimento à consulta pública confere, por si, a condição de interessado do processo.

36. Define a Lei Federal nº 12.527, de 18/11/2011, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações, que podem existir restrições de acesso à informação. Diante disso, os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação legal, vigoram a partir da data de sua produção e definidos como ultrassecretos:

- (A) 5 (cinco) anos.
- (B) 10 (dez) anos.
- (C) 15 (quinze) anos.
- (D) 20 (vinte) anos.
- (E) 25 (vinte e cinco) anos.

**37.** Define a Lei Federal nº 8.429, de 02/06/1992, que a ação para a aplicação das sanções previstas prescreve em 8 (oito) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência. Assim, o ajuizamento da ação de improbidade administrativa importa corretamente em:

- (A) Suspensão do prazo.
- (B) Derrogação do prazo.
- (C) Prorrogação do prazo.
- (D) Cancelamento do prazo.
- (E) Interrupção do prazo.

**38.** Conforme vemos na Lei Federal nº 8.429, de 02/06/1992, configura-se ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública apenas o que se afirma em:

- (A) Realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea; dentre outros.
- (B) Receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público; dentre outros.
- (C) Incorporar, por qualquer forma, ao seu patrimônio bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º da própria lei; dentre outros.
- (D) Descumprir as normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas; dentre outros.
- (E) Liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular; dentre outros.

**39.** Tomando por base o prescrito e regulado pela Lei Federal nº 9.784/05, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:

- (A) deixem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão ou discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais; dentre outros.
- (B) neguem, limitem ou afetem deveres, encargos e sanções; dentre outros.
- (C) decidam reexame de ofício; dentre outros.
- (D) importem em alteração de resultados de concursos públicos; dentre outros.
- (E) decorram de anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo externo; dentre outros.

**40.** Conforme define a Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021, no processo licitatório, observar-se-á corretamente o seguinte:

- (A) garantir seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto; dentre outros.
- (B) assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição; dentre outros.
- (C) o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo; dentre outros.
- (D) incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável; dentre outros.
- (E) evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos; dentre outros.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

41. Quanto às modalidades de licitação, marque o item correto.

- (A) Diálogo competitivo: modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentarem proposta final após o encerramento dos diálogos.
- (B) Diálogo competitivo: modalidade de chamamento público em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, se credenciam no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.
- (C) Diálogo competitivo: modalidade de licitação em que se realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.
- (D) Diálogo competitivo: modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance.
- (E) Diálogo competitivo: modalidade de licitação para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, em que se realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico, e para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor.

42. O processo de contratação direta compreende:

- (A) Os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação.
- (B) Os casos de contratação integrada e dispensa de licitação.
- (C) Os casos de inexigibilidade e contratação semi-integrada.
- (D) Os casos de empreitada global e dispensa de licitação.
- (E) Os casos de empreitada global e fornecimento de serviço associado.

43. Sabendo que a ata de registro de preços é um documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas, assinale a alternativa correta.

- (A) O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 2 (dois) anos e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
- (B) O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 3 (três) anos e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
- (C) O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
- (D) O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 4 (quatro) anos e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
- (E) O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 5 (cinco) anos e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

44. A transferência internacional de dados pessoais, entre outros casos, é permitida nos seguintes casos:

- (A) Mesmo que não haja cooperação jurídica internacional entre órgãos públicos de inteligência; para países ou organismos internacionais que proporcionem grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto nesta Lei 13.709; a transferência for necessária para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiros.
- (B) Quando não houver cooperação jurídica internacional entre órgãos públicos de inteligência; para países ou organismos internacionais que proporcionem grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto nesta Lei 13.709; quando o controlador não oferecer e comprovar garantias de cumprimento dos princípios, dos direitos do titular.
- (C) Para países ou organismos internacionais que proporcionem grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto nesta Lei 13.709; mesmo que não haja cooperação jurídica internacional entre órgãos públicos de inteligência; quando o controlador oferecer e comprovar garantias de cumprimento dos princípios, dos direitos do titular.
- (D) A transferência for necessária para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiros; para países ou organismos internacionais que proporcionem grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto nesta Lei 13.709; quando o controlador não oferecer e comprovar garantias de cumprimento dos princípios, dos direitos do titular.
- (E) Para países ou organismos internacionais que proporcionem grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto nesta Lei 13.709; a transferência for necessária para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiros; a transferência resultar em compromisso assumido em acordo de cooperação internacional.

45. No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido. Quanto aos parâmetros de pesquisa que podem ser adotados, pode-se afirmar:

- (A) A pesquisa deve ser feita obrigatoriamente de forma combinada.
- (B) Não é possível a utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo.
- (C) A pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas deve ser evitada.
- (D) Pode ser utilizada as contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente.
- (E) A composição de custos unitários devem ser iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

46. Acerca do instrumento de convênios, selecione a alternativa correta.

- (A) São acordos celebrados por entidades públicas entre si ou com particulares, desde que os entes do convênio possuam interesses comuns em que haja obrigatoriamente o repasse de recursos financeiros.
- (B) São acordos celebrados por entidades públicas entre si ou com particulares, em que ambos colaborem com esforços ou recursos para a efetivação do fim almejado. Ainda deve a finalidade ou o objeto ser de interesse mútuo.
- (C) São acordos celebrados exclusivamente por entidades públicas entre si, desde que os entes do convênio possuam interesses comuns, ambos colaborem com esforços ou recursos para a efetivação do fim almejado.
- (D) São acordos celebrados em que pode haver interesses divergentes entre os entes e que ambos colaborem com esforços ou recursos para a efetivação do fim almejado.
- (E) São acordos celebrados entre entidades privadas onde os entes do convênio possuem interesses comuns e é caracterizado pela transferência financeira para a efetivação do fim almejado.

47. A disciplina da proteção de dados pessoais, objeto da Lei nº 13.709, prevê dentre os seus fundamentos:

- (A) O respeito à privacidade; a autodeterminação informativa; a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião.
- (B) A violabilidade da intimidade, da honra e da imagem; a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião.
- (C) A violabilidade da intimidade; o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação.
- (D) O respeito à privacidade; a violabilidade da intimidade.
- (E) A autodeterminação informativa; a violabilidade da intimidade.

48. As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e os seguintes princípios:

- (A) Finalidade; adequação; necessidade; livre demanda; qualidade dos dados; transparência; segurança; preservação; não discriminação; responsabilização e prestação de contas.
- (B) Finalidade; adequação; necessidade; livre acesso; qualidade dos dados; transparência; segurança; prevenção; não discriminação; responsabilização e prestação de contas.
- (C) Finalidade; adequação; necessidade; livre demanda; qualidade das informações; transparência; segurança; prevenção; não discriminação; responsabilização e prestação de contas.
- (D) Finalidade; adequação; necessidade; livre acesso; qualidade dos dados; transparência; segurança; preservação; não discriminação; responsabilização e prestação de contas.
- (E) Finalidade; adequação; necessidade; livre demanda; qualidade das informações; transparência; segurança; preservação; não discriminação; responsabilização e prestação de contas.

49. No documento padrão Ofício devem ser respeitadas algumas características quanto à identificação do Expediente. Destaque abaixo a alternativa que define essa ordem.

- (A) Nome do documento; indicação de numeração; número, ano (com quatro dígitos) e siglas usuais do setor que expede o documento, da maior para a menor hierarquia, separados por barra (/); e alinhamento à esquerda.
- (B) Nome do documento; indicação de numeração; ano (com quatro dígitos), número e siglas usuais do setor que expede o documento, da maior para a menor hierarquia, separados por barra (/); e alinhamento à direita.
- (C) Nome do documento; indicação de numeração; número, ano (com quatro dígitos) e siglas usuais do setor que expede o documento, da menor para a maior hierarquia, separados por barra (/); e alinhamento à esquerda.
- (D) Nome do documento; indicação de numeração; número, ano (com quatro dígitos) e siglas usuais do setor que expede o documento, da menor para a maior hierarquia, separados por barra (/); e alinhamento à direita.
- (E) Nome do documento; indicação de numeração; ano (com quatro dígitos), número e siglas usuais do setor que expede o documento, da maior para a menor hierarquia, separados por barra (/); e alinhamento à esquerda.

50. O vocativo é uma invocação ao destinatário. Nas comunicações oficiais, o vocativo será sempre seguido de

- (A) ponto e vírgula.
- (B) ponto final.
- (C) dois pontos.
- (D) vírgula.
- (E) hífen.

51. De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República, marque qual das alternativas abaixo apresenta o uso correto de pronomes de tratamento em um ofício endereçado a um Embaixador.

- (A) À Vossa Senhoria, enviamos nossos cumprimentos e aguardamos sua manifestação.
- (B) Prezado Senhor, enviamos a Vossa Senhoria o guia de compras e contratações de acordo com o que estabelece a Lei nº 14.133.
- (C) Vossa Senhoria está convidado para participar da inauguração da nova sede desta Instituição.
- (D) O Senhor foi notificado de todos os procedimentos cabíveis.
- (E) Senhor Embaixador, queremos expressar nossas mais profundas considerações.

52. Com base nas normas de redação do Manual de Redação da Presidência da República, marque o item que apresenta o uso correto do vocativo para o cargo de Presidente(a).

- (A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Presidente(a) da República,
- (B) Senhora Presidenta.
- (C) Prezada, Senhora,
- (D) Senhor Presidente.
- (E) Excelentíssimo(a) Presidente(a) da República,

53. Dentre os atributos da redação oficial, destaca-se a Concisão. Acerca deste atributo, marque a alternativa correta.

- (A) O texto consegue transmitir o máximo de informações com o mínimo de palavras. Trata-se, exclusivamente, de excluir palavras inúteis, redundâncias e passagens que nada acrescentem ao que já foi dito.
- (B) Tais atributos favorecem a conexão, a ligação, a harmonia entre os elementos de um texto. Quando se lê um texto e se verifica que as palavras, as frases e os parágrafos estão entrelaçados, dando continuidade uns aos outros.
- (C) A composição textual vai diretamente ao assunto que se deseja abordar, sem voltas e sem redundâncias. Para conseguir isso, é fundamental que o redator saiba de antemão qual é a ideia principal e quais são as secundárias.
- (D) É a qualidade básica de todo texto oficial. Pode-se definir como conciso aquele texto que possibilita imediata compreensão pelo leitor.
- (E) É a articulação da linguagem comum ou técnica para a perfeita compreensão da ideia veiculada no texto.

54. Na identificação do signatário, depois do nome do cargo, é possível utilizar os termos interino e substituto. Quanto à sua utilização, é correto afirmar:

- (A) Substituto é aquele nomeado para ocupar transitoriamente cargo público durante a vacância; interino é aquele designado para exercer as atribuições de cargo público vago ou no caso de afastamento e impedimentos legais ou regulamentares do titular. Esses termos devem ser utilizados depois do nome do cargo, sem hífen, sem vírgula e em minúsculo.
- (B) Substituto é aquele nomeado para ocupar transitoriamente cargo público durante a vacância; interino é aquele designado para exercer as atribuições de cargo público vago ou no caso de afastamento e impedimentos legais ou regulamentares do titular. Esses termos devem ser utilizados depois do nome do cargo, sem hífen, sem vírgula e em maiúsculo.
- (C) Interino é aquele nomeado para ocupar transitoriamente cargo público durante a vacância; substituto é aquele designado para exercer as atribuições de cargo público vago ou no caso de afastamento e impedimentos legais ou regulamentares do titular. Esses termos devem ser utilizados depois do nome do cargo, sem hífen, sem vírgula e em minúsculo.
- (D) Interino é aquele nomeado para ocupar transitoriamente cargo público durante a vacância; substituto é aquele designado para exercer as atribuições de cargo público vago ou no caso de afastamento e impedimentos legais ou regulamentares do titular. Esses termos devem ser utilizados depois do nome do cargo, com hífen, sem vírgula e em maiúsculo.
- (E) Substituto é aquele nomeado para ocupar transitoriamente cargo público durante a vacância; interino é aquele designado para exercer as atribuições de cargo público vago ou no caso de afastamento e impedimentos legais ou regulamentares do titular. Esses termos devem ser utilizados depois do nome do cargo, com hífen, sem vírgula e em maiúsculo.

55. De acordo com a Lei n.º 4.320/1964, a despesa será classificada nas seguintes categorias econômicas: Despesas correntes e de capital. Dentre as despesas de capital, classificam-se as de:

- (A) Investimentos, Custeio e Transferências de Capital.
- (B) Custeio, Inversões Financeiras e Transferências de Custeio.
- (C) Investimentos, Inversões de Custeio e Transferências de Capital.
- (D) Custeio, Inversões Financeiras e Transferências de Capital.
- (E) Investimentos, Inversões Financeiras e Transferências de Capital.

**56.** A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo nos prazos estabelecidos nas Constituições e nas Leis Orgânicas dos Municípios, compor-se-á entre outros documentos das Tabelas Explicativas. Quanto a este item é correto afirmar que constarão de:

- (A) A receita arrecadada nos dois últimos exercícios anteriores àquele em que se elaborou a proposta; a receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta; a receita prevista para o exercício a que se refere a proposta; a despesa realizada no exercício imediatamente anterior; a despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta; e a despesa prevista para o exercício a que se refere a proposta.
- (B) A receita arrecadada no último exercício anterior àquele em que se elaborou a proposta; a receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta; a receita prevista para o exercício a que se refere a proposta; a despesa realizada no exercício imediatamente anterior; a despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta; e a despesa prevista para o exercício a que se refere a proposta.
- (C) A receita arrecadada no semestre de exercício anterior àquele em que se elaborou a proposta; a receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta; a receita prevista para o exercício a que se refere a proposta; a despesa realizada no exercício imediatamente anterior; a despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta; e a despesa prevista para o exercício a que se refere a proposta.
- (D) A receita arrecadada nos três semestres de exercício anterior àquele em que se elaborou a proposta; a receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta; a receita prevista para o exercício a que se refere a proposta; a despesa realizada no exercício imediatamente anterior; a despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta; e a despesa prevista para o exercício a que se refere a proposta.
- (E) A receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores àquele em que se elaborou a proposta; a receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta; a receita prevista para o exercício a que se refere a proposta; a despesa realizada no exercício imediatamente anterior; a despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta; e a despesa prevista para o exercício a que se refere a proposta.

**57.** O Poder Constituinte Originário é caracterizado por ser:

- (A) Inicial, condicionado, ilimitado, permanente ou latente.
- (B) Inicial, ilimitado, incondicionado, permanente ou latente.
- (C) Inicial, subordinado, condicionado, limitado.
- (D) Inicial, incondicionado, limitado, permanente ou latente.
- (E) Inicial, ilimitado, incondicionado.

**58.** Ainda sob à luz da Lei nº 4320/1964, o exercício financeiro coincidirá com:

- (A) O ano civil, as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.
- (B) O ano civil, as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas, bem como as previsões plurienais.
- (C) O ano civil, as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente liquidadas, bem como as previsões plurienais.
- (D) O ano civil, as despesas nele legalmente faturadas e as previsões plurienais.
- (E) O ano civil, as receitas nele arrecadadas e as previsões plurienais.

**59.** Sobre as características do Poder Constituinte Derivado, identifique a alternativa correta.

- (A) É aquele que pode modificar a Constituição Federal, entretanto não há necessidade de respeitar qualquer limite imposto pela constituição anterior; não segue condições pré-estabelecidas; não existe proibição de surgimento de um novo “movimento constitucionalista”.
- (B) É aquele que pode modificar a Constituição Federal ao longo dos anos, por um procedimento criado e estabelecido pelo Poder Constituinte Originário. Também é chamado de Poder Constituinte Derivado Reformador, ou seja, este depende daquele e é regido por suas regras.
- (C) Ele dá início a uma nova ordem jurídica; não há necessidade de respeitar qualquer limite imposto pela constituição anterior; segue condições pré-estabelecidas; não existe proibição de surgimento de um novo “movimento constitucionalista”.
- (D) É aquele que pode modificar a Constituição Federal; não há necessidade de respeitar qualquer limite imposto pela constituição anterior; não segue condições pré-estabelecidas; existe proibição de surgimento de um novo “movimento constitucionalista”.
- (E) Ele dá início a uma nova ordem jurídica; há necessidade de respeitar qualquer limite imposto pela constituição anterior; segue condições pré-estabelecidas; não existe proibição de surgimento de um novo “movimento constitucionalista”.

60. A metodologia que define melhor as funções do administrador, separando as tarefas por etapas dentro de um ciclo e que possibilita definir e enxergar melhor o trabalho e trazer mais resultados em uma empresa ou outro tipo de organização, consiste nas fases:

- (A) Planejar, Organizar e Controlar – POC
- (B) Planejar, Organizar, Dirigir e Controlar – PODC
- (C) Planejar, Organizar, Segmentar e Controlar – POSC
- (D) Planejar, Dirigir e Controlar – PDC
- (E) Planejar, Estruturar, Executar e Controlar – PEEC

---

61. As normas de eficácia contida ou prospectiva são aquelas que estão aptas a produzir seus efeitos:

- (A) Desde a entrada em vigor da Constituição, mas não produzem os efeitos que o legislador constituinte quis regular, pois depende de lei regulamentadora.
- (B) Desde o momento da promulgação da Constituição e que tem a atuação do legislador de forma mandatória: ele precisa editar a lei.
- (C) Desde o momento da promulgação da Constituição, mas que podem ser restringidas por parte do Poder Público.
- (D) São não-autoaplicáveis, ou seja, dependem de complementação legislativa para que possam produzir os seus efeitos.
- (E) Dependem de norma regulamentadora para produzir seus efeitos mediata à promulgação do texto constitucional.

---

62. Sob a luz da Lei n.º 8.987/1995, incumbe ao poder Concessionário:

- (A) Regular o serviço concedido e fiscalizar permanentemente a sua prestação.
- (B) Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais.
- (C) Homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas na forma desta Lei, das normas pertinentes e do contrato.
- (D) Prestar contas da gestão do serviço ao poder concedente e aos usuários, nos termos definidos no contrato.
- (E) Estimular o aumento da qualidade, produtividade, preservação do meio ambiente e conservação.

---

63. O poder concedente poderá intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço. Esta intervenção dar-se-á:

- (A) Por ofício do poder concedente, que conterà a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida.
- (B) Por memorando do poder concedente, que conterà a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida.
- (C) Por aplicação de penalidade do poder concedente, que conterà a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida.
- (D) Por advertência do poder concedente, que conterà a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida.
- (E) Por decreto do poder concedente, que conterà a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida.

64. Os princípios básicos da fase de planejamento na metodologia de processos administrativos, são:

- (A) Viabilidade do plano, exatidão dos dados, inflexibilidade de mudanças de planos, unidade dos planos da organização, mudança de estratégias.
- (B) Viabilidade do plano, exatidão dos dados, flexibilidade ou margem de mudanças de planos, unidade dos planos da organização, permanência de estratégias.
- (C) Viabilidade do plano, exatidão dos dados, flexibilidade ou margem de mudanças de planos, unidade dos planos da organização, mudança de estratégias.
- (D) Viabilidade do plano, volatilidade dos dados, flexibilidade ou margem de mudanças de planos, unidade dos planos da organização, mudança de estratégias.
- (E) Viabilidade do plano, exatidão dos dados, rigidez nas mudanças de planos, unidade dos planos da organização, exatidão das estratégias.

65. Com base na Lei nº 13.303/2016, o Conselho de Administração deve ser composto, no mínimo, por 25% (vinte e cinco por cento) de membros independentes ou por pelo menos 1 (um), caso haja decisão pelo exercício da faculdade do voto múltiplo pelos acionistas minoritários. O conselheiro independente, entre outros aspectos, caracteriza-se por:

- (A) Não ter qualquer vínculo com a empresa pública ou a sociedade de economia mista, incluindo participação de capital; não ser cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau ou por adoção, de chefe do Poder Executivo, de Ministro de Estado, de Secretário de Estado ou Município ou de administrador da empresa pública ou da sociedade de economia mista; não ter mantido, nos últimos 3 (três) anos, vínculo de qualquer natureza com a empresa pública, a sociedade de economia mista ou seus controladores, que possa vir a comprometer sua independência.
- (B) Não ter qualquer vínculo com a empresa pública ou a sociedade de economia mista, exceto participação de capital; não ser cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção, de chefe do Poder Executivo, de Ministro de Estado, de Secretário de Estado ou Município ou de administrador da empresa pública ou da sociedade de economia mista; não ter mantido, nos últimos 3 (três) anos, vínculo de qualquer natureza com a empresa pública, a sociedade de economia mista ou seus controladores, que possa vir a comprometer sua independência.
- (C) Não ter qualquer vínculo com a empresa pública ou a sociedade de economia mista, incluindo participação de capital; não ser cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau ou por adoção, de chefe do Poder Executivo, de Ministro de Estado, de Secretário de Estado ou Município ou de administrador da empresa pública ou da sociedade de economia mista; não ter mantido, nos últimos 2 (dois) anos, vínculo de qualquer natureza com a empresa pública, a sociedade de economia mista ou seus controladores, que possa vir a comprometer sua independência.
- (D) Não ter qualquer vínculo com a empresa pública ou a sociedade de economia mista, exceto participação de capital; não ser cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau ou por adoção, de chefe do Poder Executivo, de Ministro de Estado, de Secretário de Estado ou Município ou de administrador da empresa pública ou da sociedade de economia mista; não ter mantido, nos últimos 3 (três) anos, vínculo de qualquer natureza com a empresa pública, a sociedade de economia mista ou seus controladores, que possa vir a comprometer sua independência.
- (E) Não ter qualquer vínculo com a empresa pública ou a sociedade de economia mista, exceto participação de capital; não ser cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau ou por adoção, de chefe do Poder Executivo, de Ministro de Estado, de Secretário de Estado ou Município ou de administrador da empresa pública ou da sociedade de economia mista; não ter mantido, no último ano, vínculo de qualquer natureza com a empresa pública, a sociedade de economia mista ou seus controladores, que possa vir a comprometer sua independência.